

**BOLETIM CORONAVÍRUS • 21/05**

Atualizações diárias da situação nacional sobre o novo coronavírus (Sars-Cov-2)

O Presidente Jair Bolsonaro participou, hoje, de videoconferência com governadores e os Presidentes do Senado Federal e Câmara dos Deputados, Davi Alcolumbre (DEM/AP) e Rodrigo Maia (DEM/RJ). O tema da pauta foi a sanção do projeto de lei complementar que garante auxílio financeiro emergencial a estados e municípios. O projeto prevê auxílio de 125 bilhões de reais, com repasse e suspensão temporária de pagamento de dívidas, condicionado a medidas de controle de gastos e desistência de ações judiciais dos estados e municípios contra a União por causa do coronavírus. A proposta do Governo previa a proibição de estados concederem reajuste a servidores públicos até dezembro 2021. Contudo, durante a tramitação no Congresso, diversas categorias foram excluídas da proibição.

Durante a videoconferência três governadores se manifestaram: Reinaldo Azambuja (PSDB), do Mato Grosso do Sul; Renato Casagrade (PSB), do Espírito Santo; e João Dória (PSDB), de São Paulo. Os gestores endossaram apoio ao veto presencial a dispositivo que autoriza a concessão de reajuste a algumas categorias de servidores. O Presidente Bolsonaro conclamou os governadores a mobilizarem suas bancadas no Congresso Nacional para evitar a derrubada de veto.

O Governador João Dória, que vinha endurecendo a retórica política com o Bolsonaro, chamou atenção pelo tom ameno e conciliador do discurso. Ele parabenizou o Presidente pela reunião e pelo esforço em selar a união.

Importa assinalar que o Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para restringir o alcance da Medida Provisória (MPV) 966/2020, editada em 13 de abril, que dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos por ação e omissão em atos relacionados com a pandemia da covid-19. Embora a Corte Constitucional tenha reconhecido a legalidade da medida, os ministros delimitaram restrições à interpretação para determinar que atos sem respaldo científico que forem assinados durante a pandemia poderão ser enquadrados como erro grosseiro e não podem ser anistiados pela MPV. A decisão do Pleno foi definida a partir do voto proferido na sessão de ontem (20) pelo relator, Ministro Luis Roberto Barroso. O julgamento foi motivado por ações protocoladas por seis partidos de oposição e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) que questionaram a legalidade da norma, por entenderem que a medida poderia abrir espaço para evitar a punição por atos ilegais. O julgamento ainda está pendente de conclusão.

Também hoje, o Ministério da Saúde divulgou as assinaturas do documento que apresenta as novas orientações do uso da cloroquina no tratamento de pacientes com COVID-19. Os titulares de sete secretarias dos órgãos deram aval ao documento, que havia sido divulgado anteriormente sem nenhuma assinatura. De acordo com a nota da pasta, houve envolvimento de todas as secretarias na elaboração do protocolo e a assinatura foi feita na quarta-feira (20/5).

No Congresso Nacional, é oportuno mencionar que mais de 400 entidades, encabeçadas pelos partidos de oposição como PT, PCdoB, PSOL, entregaram na manhã desta quinta-feira um pedido conjunto de impeachment contra o presidente Jair Bolsonaro à Câmara dos Deputados. Redigido pela Associação Brasileira dos Juízes pela Democracia, o pedido coletivo de impeachment aponta “reiteradas práticas de crimes de responsabilidade, principalmente contra o decoro do cargo e a independência entre os poderes” por parte do presidente. O pedido é o 36º apresentado na Câmara dos Deputados. Todos os pedidos de impeachment, para terem prosseguimento, devem ser avaliados pelo Presidente da Câmara.

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

**CASOS** Até o momento, o Ministério da Saúde registrou **310.087 casos confirmados** de COVID-19 no Brasil. Há **20.047 óbitos** registrados, o que representa uma taxa de letalidade de 6,5%.

**GASES MEDICINAIS** A Anvisa publicou Nota Técnica ([link](#)) sobre a utilização de cilindros para enchimento de gases medicinais para atender hospitais durante a pandemia.

**PLASMA** A Anvisa publicou Nota Técnica ([link](#)) sobre a identificação e a prevenção de possíveis eventos adversos referentes à transfusão de plasma, diante das manifestações clínicas da COVID-19.

## MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

**PRAZOS** A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicou Resolução ([link](#)) prorrogando até 31/07 os prazos para cumprimento de obrigações contratuais e regulatórias, em razão da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus.

## PODER LEGISLATIVO

**COMISSÃO EXTERNA** A Comissão Externa de ações contra o coronavírus realizou duas reuniões hoje. A primeira teve como pauta a situação dos recursos humanos em saúde. Já a segunda foi sobre doença oncológica, renal e outras doenças crônicas na pandemia.